

Transformações republicanas, caminhos libertários: estratégias sindicais, antifascismo e uma visão democrática popular nos periódicos A Lanterna e A Plebe em tempos de corporativismo e nacional-estatismo no Brasil (1932-1935)

Republican transformations, libertarian paths:
syndicalists strategies, anti-fascism and a
popular democratic vision in the periodicals A
Lanterna and A Plebe in times of corporatism
and national-statism in Brazil (1932-1935)

Transformaciones republicanas, caminos
libertarios: estrategias sindicalistas,
antifascismo y una visión democrática popular
en los periódicos A Lanterna y A Plebe en
tiempos del corporativismo y el nacional-
estatismo en Brasil (1932-1935)

Kuan Willian dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as posições anarquistas expressas na imprensa anticlerical e libertária entre o Governo Provisório (1930–1934) e o Governo Constitucional (1934–1937), sob a liderança de Getúlio Vargas, bem como as atividades militantes desenvolvidas nesse período. O recorte temporal é definido pelas fontes documentais utilizadas, em especial os periódicos *A Lanterna* (1933–1935) e *A Plebe* (1932–1935). O estudo destaca as estratégias libertárias adotadas nesse cenário, como a construção de um discurso anticlerical, a atuação no sindicalismo revolucionário e o engajamento em frentes antifascistas. Além disso, embora mantendo uma postura antiestatista, os redatores e militantes anarquistas não se ausentaram dos debates sobre as transformações políticas em curso, articulando críticas ao processo por meio de seus jornais, ao mesmo tempo em que desenvolviam suas próprias propostas de autogestão.

Palavras-chave: anarquismo; corporativismo; antifascismo; movimento operário; sindicalismo revolucionário

Abstract: This article aims to analyze the anarchist positions expressed in the anticlerical and libertarian press between the Provisional Government (1930–1934) and the Constitutional Government (1934–1937), under the leadership of Getúlio Vargas, as well as the militant activities developed during this period. The temporal scope is defined by the documentary sources used, especially the periodicals *A Lanterna* (1933–1935) and *A Plebe* (1932–1935). The study highlights the libertarian strategies adopted in this context, such as the construction of an anticlerical discourse, participation in revolutionary syndicalism, and engagement in antifascist fronts. Furthermore, while maintaining an anti-statist stance, anarchist editors and militants did not withdraw from the debates on the ongoing political transformations, articulating criticisms of the process through their newspapers, while simultaneously developing their own proposals for self-management.

Keywords: anarchism; corporatism; antifascism; labor movement; revolutionary syndicalism

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las posiciones anarquistas expresadas en la prensa anticlerical y libertaria entre el Gobierno Provisional (1930–1934) y el Gobierno Constitucional (1934–1937), bajo el liderazgo de Getúlio Vargas, así como las actividades militantes desarrolladas en ese período. El recorte temporal está definido por las fuentes documentales utilizadas, especialmente los periódicos *A Lanterna* (1933–1935) y *A Plebe* (1932–1935). El estudio destaca las estrategias libertarias adoptadas en este contexto, como la construcción de un discurso anticlerical, la actuación en el sindicalismo revolucionario y la participación en frentes antifascistas. Además, aunque mantuvieron una postura antiestatista, los redactores y militantes anarquistas no se alejaron de los debates sobre las transformaciones políticas en curso, articulando críticas al proceso a través de sus periódicos, al tiempo que desarrollaban sus propias propuestas de autogestión.

Palabras clave: anarquismo; corporativismo; antifascismo; movimiento laboral; sindicalismo revolucionario

INTRODUÇÃO

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado por intensas transformações e desafios para militantes, ativistas e jornalistas vinculados ao movimento operário e sindical em diversas partes do mundo. Inserido em um contexto de ascensão dos regimes fascistas, fortalecimento do corporativismo e do nacional-estatismo, fechamento de fronteiras nacionais e consolidação da hegemonia da Revolução Russa sobre amplos setores da esquerda, o anarquismo foi profundamente impactado, enfrentando dificuldades para manter sua influência e capacidade de articulação (Dulles, 1977, p. 315-335; Toledo; Biondi, 2014, p. 363-393).

No Brasil, desde o início da década de 1920, com o refluxo do movimento insurrecional, tanto o anarquismo quanto o sindicalismo revolucionário passaram a ser duramente reprimidos, especialmente durante o governo de Arthur Bernardes, cuja política incluiu o envio de militantes para colônias penais no Norte do país (Romani, 2009, p. 59-69). As fileiras libertárias também se viram confrontadas com o surgimento de novas organizações comunistas e com grandes movimentos de massa que disputavam influência entre as classes populares, muitos deles marcados por traços nacionalistas ou regionalistas, como o tenentismo. Um novo desafio aos projetos libertários — fossem eles sindicais autônomos, culturais ou educacionais — emergiu com o varguismo na década de 1930, que articulava uma ruptura com a política oligárquica ao mesmo tempo em que instaurava um projeto trabalhista e de sindicalismo corporativista (Samis, 2009, p. 37-51).

Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório em 1930 apoiado pelo Exército e por líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul representando o fim da política oligárquica e também depondo Júlio Prestes. Assumido como uma Revolução pelos opositores das oligarquias (que incluía muitos grupos operários), Vargas assumiu uma postura de grande líder, combinando o aumento da força do Estado, barrando assim as lutas sociais por meio da repressão, mas também a aproximação ou negociação discursiva, e muitas vezes prática, com as massas. Enquanto isso, ele também assumia uma responsabilidade modernizadora da indústria, colocando um liberalismo controlado pelo Estado — típico de governos que estavam ascendendo no período — sem, no entanto, findar totalmente os poderes e influências de grandes proprietários brasileiros. Para isso, a fase do Governo Provisório foi marcada por uma legislação trabalhista, intermediada por

novos órgãos, por meio de decretos ou novas utilizações de leis (Gomes, 2005, p. 184-196).

Entre 1933 e 1934, no período de constitucionalização, houve uma onda de debates e protestos para uma nova constituinte, participando diversas figuras políticas, intelectuais e movimentos. No tocante às esquerdas, Ricardo Figueiredo de Castro defende que “São Paulo tornou-se o locus privilegiado das oposições e da campanha pró-Constituinte”, sendo a Frente Única Antifascista, o Partido Socialista Brasileiro e a Liga Comunista protagonistas na luta “pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte” (Castro, 1995, p.60).

Embora o declínio do anarquismo seja um dado inegável, estudos mais recentes têm contestado a noção de que essa corrente política teria desaparecido ou se ausentado das lutas operárias e sindicais no período (Hirsch; Walt, 2014, p. xxxi-lxxiii; Silva, 2017). No caso brasileiro, longe de ter sido extinta, a presença anarquista se manifesta em um intenso debate conduzido pela imprensa libertária e anticlerical ao longo desses anos. Defendemos que tal debate se estabeleceu já no processo de instalação do Governo Provisório, atravessando os embates e conflitos que culminaram na demanda por uma nova constituinte. Paralelamente, os libertários impulsionavam outros projetos, como a construção do sindicalismo revolucionário e a organização de frentes e espaços antifascistas, iniciativas que foram duramente impactadas pela promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1935. Assim, os libertários atuavam em três frentes principais: disputavam e pressionavam pela construção de uma Constituição pautada em uma democracia popular e laica, em aliança com grupos anticlericais; defendiam seu programa máximo de autogestão por meio do sindicalismo revolucionário e de seus grupos políticos; e se engajavam em organizações, frentes e espaços antifascistas, utilizando esses espaços para difundir seus preceitos e estratégias.

O presente artigo tem como objetivo analisar a intervenção e o debate promovidos por dois periódicos combativos, com forte presença de redatores libertários no país, nos quais gravitavam diversos grupos anarquistas. Partimos da hipótese de que a disputa por uma nova Constituição não comprometia o projeto dos redatores e militantes em prol de uma sociedade socialista libertária, pois essa estratégia funcionava como meio de propaganda capaz de expor suas intenções e programas frente à realidade e ao futuro. Além disso, constituía uma forma de aliança e interseção com outras correntes políticas — como socialistas e grupos anticlericais —, por meio da construção de programas mínimos que

mantinham a influência ácrata entre diversos grupos. Outrossim, além dessas propostas mínimas, que incidiam sobre um Brasil laico e popular, os periódicos também apresentavam métodos e programas autogestionários, sindicalistas e socialistas, sem abandonar seu horizonte revolucionário. O mesmo se observava na construção de organismos e frentes antifascistas, que eram apoiados e impulsionados pelos libertários, ao mesmo tempo em que recebiam críticas a partir dos ideais de ação direta.

Para isso, inicialmente acompanhamos a atividade libertária por meio dos periódicos combativos *A Lanterna* e *A Plebe*, considerando as transformações políticas do período, suas posições frente ao Governo Provisório e os eventos de confronto e crítica a esse projeto, como a Revolução Constitucionalista de 1932. Em seguida, voltamo-nos à análise das intervenções no debate constitucional e ao exercício do Governo Constitucional, incluindo a repressão aos movimentos sociais e a consolidação do corporativismo sindical. Nessas seções, buscamos evidenciar os projetos anarquistas que ultrapassam o debate constitucional em sentido estrito, destacando formas de resistência expressas no sindicalismo revolucionário, nos espaços sociais autônomos e na militância antifascista, com o objetivo de compreender a cultura política libertária em uma perspectiva mais ampla. Por fim, com base na bibliografia internacional, discutimos as conexões entre essas lutas no Brasil e a cultura política anarquista em outras regiões do mundo, revelando alianças e interseções com movimentos republicanos, antifascistas e anticlericais. Dessa forma, procuramos mostrar que o caso brasileiro não se configura como uma exceção, mas como parte de um processo mais amplo, marcado por influências internacionais e transnacionais, ainda que com suas especificidades locais.

As principais fontes utilizadas neste estudo foram os periódicos *A Plebe* (1932-1935), de orientação anarquista, e *A Lanterna* (1933-1935), de perfil anticlerical, além de outros jornais antifascistas, socialistas e sindicalistas referenciados na bibliografia. Embora publicados na cidade de São Paulo, suas notícias e campanhas alcançavam diversas regiões do Brasil e, em alguns casos, até o âmbito internacional. Nesse período, como destacam Edilene Toledo (1994) e Tania Regina Luca (2008), a imprensa não era apenas o principal veículo de divulgação das correntes políticas do operariado, mas também um dos seus principais instrumentos organizativos. Por isso, torna-se fundamental apresentar a trajetória desses órgãos e de seus redatores, que desempenhavam papel ativo no movimento operário da época.

O INÍCIO DA ERA VARGAS E A “REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA” NA IMPRENSA LIBERTÁRIA

Por seu discurso de enfrentamento à política oligárquica, aliado ao reconhecimento inicial de algumas pautas do movimento operário e do aparelho sindical, diversos grupos apoiaram o novo governo e reafirmaram seu caráter revolucionário. Embora seja evidente que o corporativismo era utilizado intencionalmente para fins políticos e sociais, o crescimento do sindicalismo reformista – especialmente na década de 1920 – muitas vezes ocorreu de forma consciente por parte dos sindicalistas, que viam no vínculo com o Ministério do Trabalho uma via para a conquista de direitos e para a ascensão política do reformismo, segundo essa perspectiva (Araújo, 1998). Vale destacar que até mesmo anarquistas, diante do golpe de 1930 e das promessas feitas aos trabalhadores, inicialmente manifestaram dúvidas quanto ao caráter conservador ou revolucionário do novo governo. Nesse período, a historiadora Edilene Toledo evidencia que “o militante anarquista Nello Garavini, que trabalhava como garçom no Brasil, escrevia ao seu companheiro de luta Luigi Fabbri, então exilado no Uruguai, que ainda não havia compreendido a natureza da revolução que tinha ocorrido no nosso país” (Toledo, 2009, p.1).

Nesse sentido, as narrativas que resumem o período varguista ao controle e à cooptação da luta dos trabalhadores, bem como ao uso do populismo, foram amplamente contestadas. Em diálogo com autores que enxergam o corporativismo como mera cooptação das mobilizações operárias, Angela Maria Araújo destaca que “boa parte desta literatura subestimou o papel dos trabalhadores e de suas organizações de classe na conformação do novo padrão de relação Estado/classes que se estabeleceu no pós-30” (Araújo, 1996, p. 9). Não recusando o caráter repressivo e de absorção, mas também não colocando todo o peso da agência e consciência dos trabalhadores,

[...] o processo de constituição do sindicalismo corporativo foi marcado por uma dinâmica conflitiva e contraditória. Em primeiro lugar, este processo mostrou o êxito da estratégia do Governo Vargas - que combinava concessão de direitos e repressão -, na obtenção da adesão dos trabalhadores e de suas lideranças. Em segundo, ele mostrou que, se de um lado, a adesão e atuação das lideranças sindicais independentes, em especial das correntes de esquerda, foi fundamental para legitimar os sindicatos oficiais entre os trabalhadores, de outro, transformar estes sindicatos em órgãos de luta, levando-os a assumir papel relevante na condução das greves e no movimento antifascista,

constituiu uma ameaça à realização do projeto de incorporação dos trabalhadores, sob o controle do Estado (Araújo, 1996, p.26).

É importante destacar que a hegemonia do corporativismo na América Latina também esteve relacionada às transformações dos Estados nacionais no período entre guerras, especialmente após o colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, atuando como mecanismo de contenção diante de tentativas insurrecionais ou revolucionárias. Para Alexandre Fortes,

Brasil, Argentina e México, os três maiores países da região, seguiram trajetórias e cronologias distintas, mas chegaram todos à conjuntura do pós-Guerra com sistemas políticos nos quais os trabalhadores - especialmente os urbanos mas, ao menos no caso mexicano, também os rurais - passaram a desempenhar um papel significativo como base de apoio de líderes individuais, partidos ou movimentos que ou polarizavam ou praticamente monopolizavam a vida política nacional (Fortes, 2007, p.64-65)

Para os grupos revolucionários, as contradições desse período tornaram-se evidentes com o avanço das leis sindicais, acompanhadas pela repressão a espaços socialistas, comunistas e anarquistas, bem como pela emergência de lideranças alinhadas ao projeto corporativista do Estado. Nesse contexto, também houve ataques aos militantes sindicalistas imigrantes, especialmente a partir de março de 1931, quando o Ministério do Trabalho regulamentou o decreto de 12 de dezembro de 1930, que “exigia que a proporção dos empregados numa empresa fosse de pelo menos dois terços de brasileiros natos” ou de “estrangeiros com 10 anos de residência no país e os casados com brasileiras, ou que tivessem filhos com brasileiros” (Dulles, 1977, p. 375). Outra medida que impactou significativamente o movimento operário foi o decreto nº 19.770, conhecido como Lei de Sindicalização, que autorizava a criação de organismos responsáveis por administrar “caixas benéficas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência médica”, além da “regularização das horas de trabalho e de suas condições”. No entanto, esses organismos deveriam ser “reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, [...] nos termos da legislação decretada a este respeito” (Dulles, 1977, p. 375). Entre outras, a Lei de Férias também suscitou intensos debates entre os militantes, pois, embora tivesse sido uma bandeira histórica de luta e oficialmente assinada em 1927, na nova legislação de janeiro de 1934 passou a depender da sindicalização oficial para sua efetivação.

Angela Maria Araújo analisa o comportamento e as estratégias de diversos grupos políticos como os amarelos, socialistas, trotskistas e comunistas alinhados ao PCB. De acordo com a autora, a mudança de política de algumas correntes, antes apostando nos sindicatos autônomos, para a disputa do sindicatos oficiais “não pode ser considerada adesão ao projeto sindical do governo Vargas – já que ela era uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical e procurou manter a independência política destes sindicatos”, não obstante, “apresentou um rompimento com o campo da resistência à implantação do sindicalismo corporativista e contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos autônomos” (Araújo, 1996, p.19).

Apesar da narrativa de alguns militantes da época, segundo a qual os sindicatos autônomos não passavam de “fantasmas, meros rótulos com fins pedagógicos” (Araújo, 1996, p. 19), estudos como os de Tiago Bernardon de Oliveira (2009), Raquel de Azevedo (2002) e Rodrigo Rosa Silva (2005) reafirmam a relevância que os militantes libertários ainda exerciam no movimento operário, mesmo profundamente impactados pela nova conjuntura. Um relatório elaborado no início da década de 1930 por Astrojildo Pereira – então militante marxista – e enviado à URSS, é revelador quanto à presença e à atuação desses grupos no cenário político da época. Raquel de Azevedo (2002, p. 57-58) analisa tal relatório e destaca que

[...] em 26 de abril de 1929, ocorreu o Congresso Operário Nacional no Rio de Janeiro, para constituir a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil), em que se presumiu haver mais de 100 representantes de 10 Estados. Instituiu a partir de 1 de maio a Quinzena da Conquista da Lei de Férias. O relatório de Astrojildo Pereira, enviado a Moscou, avaliava que, dos 100 mil operários organizados em sindicatos no Brasil, 60 mil pertenciam a CGYB, havendo 20 mil amarelos ou reformistas e 2 mil associados a uniões anarquistas. Por outro lado, o PCB havia obtido a filiação de 1.200 membros.

O documento contesta a narrativa de que os anarquistas teriam se retirado do movimento operário e do sindicalismo nesse período. Ao contrário, Astrojildo Pereira reconhece que os anarquistas ainda contavam com um número de filiados superior ao dos comunistas, apesar da rápida ascensão deste último grupo. Embora não seja possível confirmar a veracidade dos dados apresentados na reunião, é pouco provável que o militante os tenha falsificado, já que, àquela

altura, estava alinhado à política soviética e não teria interesse em superestimar a presença libertária. Além disso, para Marcos Florindo,

[...] os próprios policiais atestavam o maior sucesso dos anarcossindicalistas do que dos comunistas no movimento de reorganização sindical ocorrido logo após a queda da República Velha. Nesse sentido, a FOSP [Federação Operária de São Paulo] reorganizada, arregimentou quinze sindicatos de diversos ofícios e formou duas ligas operárias de bairro (Florindo, 2012, p.294).

Além disso, a pesquisa de André Rodrigues destaca a presença libertária “no plano político ideológico”, buscando “influenciar diretamente na formação política dos seus leitores para que tomassem um posicionamento antifascista” (Rodrigues, 2017, p. 102).

Como o pesquisador destacou, um dos periódicos de maior alcance com presença libertária a noticiar essa conjuntura, dando continuidade à atuação de militantes anarquistas, foi *A Lanterna*, em sua fase entre 1933 e 1935. Tratava-se de um tradicional veículo do movimento operário, sendo o mais longevo entre os dedicados ao tema anticlerical. Ele teve seu início em março de 1901, na Rua da Quitanda, n.º 2, lançado pela Liga Anticlerical de São Paulo, e seu principal diretor era o advogado, livre pensador, e depois anarquista, Benjamin Mota. Primeiramente, de forma gratuita, passou a aceitar donativos e, mais tarde, subscrições. Em sua primeira fase, que durou até 1904, *A Lanterna* era publicava em quatro páginas, repletas de figuras e representações, muitas vezes com anexos, ambos escritos majoritariamente em português e com colunas em italiano e espanhol, o jornal apoiou desde obras teóricas anticlericais sobre as supostas incoerências da Igreja Católica até obras racionalistas e ateístas. Longe de ser um órgão somente de setores libertários, ele também aglutinou grupos religiosos que combatiam o papado católico, como maçons, espíritas, socialistas heterodoxos e republicanos. Provavelmente, esse foi um dos motivos do periódico em questão ser tão bem recebido e difundido na cidade e até em outros estados, uma vez que contava com uma tiragem de 10.000 exemplares nos seus primeiros anos e possuiu uma rede de contato extensa, como em Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Bahia e outros (Poletto, 2017, p.125-140).

Descontinuado pela primeira vez no ano de 1904, na segunda fase do periódico, entre 1909 e 1916, o jornal passa a contar com a direção de Edgard Leuenroth. Nascido na cidade de Mogi Mirim no ano de 1881 e filho de um imigrante germanófono e uma brasileira, sua família precisou se alocar no bairro do Brás, na capital de São Paulo, após a morte de seu pai. Enfrentando dificuldades financeiras, conheceu os meandros dos bairros operários e de suas atividades políticas, incluindo as ideias socialistas e anarquistas

por meio do Círculo Socialista e de suas atividades como tipógrafo. Esse jornalista e militante foi um dos principais articuladores da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e posteriormente, da Confederação Operária Brasileira (COB) e esteve envolvido com a imprensa operária e libertária, fundando diversas entidades vinculadas à imprensa, como o Centro Typographic de São Paulo, a União dos Trabalhadores Gráficos, a Associação Paulista de Imprensa e a Federação Nacional da Imprensa e atuando em *O Alfa*, *A Terra Livre*, *A Lucta Proletária*, *A Guerra Social*, *O Povo*, *A Capital*, e outros (Khoury, 2007, p.113-130). Em *A Lanterna*, continuando as críticas anticlericais anteriores, Leuenroth inseriu e ampliou as notícias de pautas operárias, transformando a ação direta e a orientação grevista como principal orientação dessa nova fase. De um lado, mantendo algumas posturas, os redatores do periódico afirmavam que lutavam “contra todos os padres, para mostrar as contradições da sua vida com a sua doutrina” (*A Lanterna*, 1913. p.1), não distanciando, assim, os anticlericais em geral da leitura. De outro, aproveitando que *A Lanterna* tinha bom alcance, ampliava sua propaganda sindical e, por vezes, anarquista. Para isso, no jornal *A Lanterna*, Edgard Leuenroth e Benjamim Mota criaram, em 1911, a coluna “Vida Operária”, que mais tarde seria renomeada como “Mundo Operário”. A seção tinha como objetivo discutir e divulgar as questões enfrentadas pelos trabalhadores, bem como acompanhar suas greves, pautas e reivindicações (Santos, 2021, p.152-156).

Na terceira fase do periódico, entre 1933 e 1935, a estratégia apresentada foi parecida. A união com outras vertentes ideológicas e políticas em torno do anticlericalismo, ajudou a continuidade do anarquismo, inserindo suas pautas em espaços construídos por grupos combatidos. Além disso, sua capilaridade em espaços mais amplos dos bairros operários, não se furtava ao debate acerca do Governo Provisório, além dos debates acalorados sobre uma nova constituinte.

Para o historiador Cleber Rudy, com a ascensão do varguismo, uma escalada conservadora católica ascendia em vários pontos do Brasil, como o Centro Dom Vital, almejando educar politicamente as elites para influenciá-los com os ideais católicos que, para eles, tinham decrescido no período da Primeira República. Além disso, também foi fundado em 1930

[...] o Instituto Ozanam, [...], na cidade de São Paulo, que atuou especialmente contra o comunismo. Também em 1932, era criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), seguida da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935. Paulatinamente, a Igreja sensibilizou o Estado, galvanizou os católicos e reconquistou a posição e a influência decrescida durante a Primeira República (Rudy, 2017, p.215).

Em 1931, como resposta, surgiu a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, o Comitê Pró-Liberdade de Consciência e a Associação de Propaganda Liberal. Essas organizações, baseadas no princípio da educação e do constitucionalismo laicos, assim como da liberdade de imprensa, incluíam apoiadores de diversos membros da sociedade, entre intelectuais, jornalistas e militantes do movimento operário. Anarquistas como Everardo Dias, Benjamin Mota, Edgard Leuenroth e Maria Lacerda de Moura também marcaram presença, disputando tais espaços com os ideais libertários.

Até 1935, o periódico *A Lanterna* foi marcado pela construção desses organismos libertários, tendo publicado quarenta e oito edições. O jornal mantinha uma estética e um formato semelhantes às fases anteriores, com quatro páginas, combinando imagens e colunas escritas, e era publicado quinzenalmente, geralmente às quintas-feiras ou aos sábados. Sua confecção ocorria em um ponto estratégico da capital paulista: a Rua Senador Feijó, área de intenso comércio e grande circulação de pessoas. Vendido ao preço de \$200, o periódico alcançou uma tiragem de 11 mil exemplares — um número ainda surpreendente para o período. Assim, Edgard Leuenroth, no mesmo ano, conseguiu apoio de redatores anarquistas como Pedro Catallo, Benjamin Mota, Maria Lacerda de Moura, mas também de órgãos anticlericais, operários, socialistas e republicanos de vários pontos do Brasil como a Liga Paulista Pró Estado Leigo, a Coligação Nacional Pró Estado Leigo, a Liga Alagoana do Pensamento, a Liga Alagoana do Pensamento Livre, a Liga Anticlerical de Santos, o Partido Socialista Brasileiro, a Aliança Nacional Libertadora (em 1935), a Federação Operária de São Paulo e outros. Com isso, logo conseguiu subscrições e era distribuído em diversas cidades do interior de São Paulo, como Franca, Campinas, Birigui, Araraquara, Colina, Botucatu, assim como em outros estados, entre eles Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Ceará.

a visão dos anarquistas e anticlericais de *A Lanterna*, o fascismo internacional e as políticas corporativistas e autoritárias do governo Vargas estavam articulados a outras formas de dominação, como a religiosa. Edgard Leuenroth e seus redatores, embora frequentemente adotassem uma postura ateísta, direcionavam suas críticas sobretudo à dominação institucional exercida pelas religiões — e não necessariamente à crença individual. Nesse sentido, a crítica anticlerical ocupava um lugar central no debate, sendo entendida como fundamento e sustentação de outras formas de opressão. Para eles,

[...] a Igreja faz hoje de Jesus Cristo um capanga do capitalismo, sob o seu disfarce fascista. Mas Cristo deixou uma mensagem profundamente humana e demasiado bela para que dela se faça a muralha de reação contra os anseios de liberdade e justiça, que movem a nossa época (A Lanterna, 1935b, p. 2).

Ao posicionar a Igreja Católica como uma fonte de dominação — contrária, inclusive, aos próprios ideais de Jesus Cristo e mais alinhada a interesses particulares de algumas classes sociais —, os redatores libertários de *A Lanterna* buscavam estabelecer pontos de contato e articulação com outros setores anticlericais, mesmo aqueles de orientação cristã. A partir dessa brecha, dirigiam críticas contundentes ao suposto caráter revolucionário do Governo Provisório, bem como à promessa de uma nova Constituição, que viam como parte de um projeto político igualmente autoritário e conservador. Em 1933, sob o provocativo título “Para que se fez a revolução? Para o povo? Para os padres?”, um redator republicano que assinava como Xisto Leão, ao refletir sobre os desdobramentos da Revolução Constitucionalista de 1932, afirmava que “o anteprojeto de constituição não consulta os superiores interesses do povo, nem compensa, de modo algum, o sacrifício de tantas vidas e de tanto sangue” (A Lanterna, 1933c, p. 1).

Para os redatores libertários em *A Lanterna*, criticar o caráter do atual governo e interferir em uma constituição laica e popular não era um desencontro com o projeto anarquista, mas uma plataforma para o conflito contra as políticas autoritárias presentes e a influência religiosa no âmbito educacional e constitucional, abrindo possibilidades para suas propostas libertárias anti-dominação e anti-hierárquicas. Embora o espaço comum seja a dominação eclesiástica, os libertários mostravam a conexão com a pauta econômica e política ao afirmarem que “a Igreja afirma e propaga entre as massas populares os princípios que mais convém ao capitalismo: a predestinação dos homens para a miséria ou para o poder; a necessidade de uma hierarquia entre os homens, representada pelos poderes temporais e divinos” e, nesse sentido, “a Igreja e o fascismo são a mesma coisa. São os braços direito e esquerdo da mesma divindade – O Bezerro de Ouro” (A Lanterna, 1933b, p.1).

Como proposta, o combate ao clericalismo isolado não era suficiente. Pelo contrário, os anarquistas deixavam claro que um anticlericalismo superficial poderia ser cooptado. Para eles, “esse anticlericalismo, que repudiamos com asco, é instrumento do governo e da opressão” (A Lanterna, 1933a, p. 1). Assim,

sua crítica se dirigia tanto às instituições religiosas quanto às formas seculares de dominação que com elas se articulavam.

As críticas aos rumos autoritários e antidemocráticos do governo de Getúlio Vargas eram acompanhadas de forma contundente pelo periódico anarquista *A Plebe*. Sob o título “Voto obrigatório, sindicalismo forçado e anteprojeto constitucional”, eles marcaram que:

O Governo do Sr. Getúlio e do Sr. Aranha é revolucionário apenas de fachada. Mantém, na superfície, umas cambiantes furtacores, ora socialisteiras, ora clericais, para enganar e confundir. No fundo, quem ordena a mascarada é a classe conservadora, a tropilha ganhadeira (*A Plebe*, 1932b, p.1).

Se os militantes e redatores usavam os espaços anticlericais para efetivar uma atuação em espaços e debates mais amplos, em *A Plebe*, continuavam sua propaganda política ideológica, além de sua estratégia sindical revolucionária. Fundado no calor das intensas manifestações operárias em 1917, este periódico foi um dos principais órgãos dos anarquistas em torno da Federação Operária de São Paulo (FOSP). Com direção de Edgard Leuenroth em sua primeira fase, era publicado aos sábados e continha quatro páginas na maioria de seus números, se estendendo em ocasiões especiais. Apesar de contar com uma grande distribuição, chegando a uma tiragem de dez mil exemplares no período grevista, viveu uma história atribulada, apresentou dificuldades financeiras por ser produto da ação de voluntários e, além disso, era alvo constante de perseguições policiais. Ainda assim, era distribuído para diversas partes do Brasil, e até mesmo fora do país, como na Argentina, e contava com a participação de diversos militantes anarquistas, sindicalistas revolucionários e socialistas como Benjamin Mota, Isabel Cerruti, Astrojildo Pereira, Florentino de Carvalho, João Penteado, Gigi Damiani, Neno Vasco e outros (Silva, 2005, p. 57-62). Sua reativação em 1932, sob a direção de Rodolpho [ou Rodolfo] Felipe e sediado no número 103 do Parque Dom Pedro II, ocorreu em meio aos conflitos constitucionalistas e à rearticulação da FOSP. O periódico continuou enfrentando diversas dificuldades, marcadas por intensa vigilância e repressão, tanto contra sua sede física quanto contra seus redatores e editores.

A respeito do suposto caráter revolucionário do Governo Provisório, os redatores de *A Plebe* demonstravam ceticismo e críticas contundentes. Embora

reconhecessem a força da vontade popular contra as oligarquias, apontavam os limites da transformação promovida pelo novo regime. Segundo o jornal,

[...] regenerar, para os regeneradores de 1930, foi apenas tirar de alguns cargos o pessoal decaído ou carcomido e meter neles amiguinhos do peito [...] Cumpre ao proletariado organizar-se em bases revolucionárias e apertar para a esquerda, repelindo a tais sindicalizações em massa e agrupando-se sempre mais firme nos seus próprios sindicatos de resistência, sem ligações quaisquer com políticas, governistas e antigovernistas (*A Plebe*, 1932b, p. 3).

Inseridos tanto nos debates sobre a laicidade quanto na crítica ao Governo Provisório, os eventos ligados à reivindicação por uma nova constituição abriram mais uma frente de atuação para os libertários. Nesse contexto, a chamada Revolução Constitucionalista de 1932 — denominação atribuída pelos próprios participantes do movimento (Castro, 1995, p. 72) — gerou divisões entre os anarquistas quanto à forma de engajamento. De um lado, havia militantes como Martins Garcia, que defendiam a participação no conflito como uma oportunidade de disputa e radicalização com orientação libertária e revolucionária. De outro, nomes como Florentino de Carvalho adotavam uma postura crítica e cautelosa, temendo os efeitos da repressão e apontando o caráter instrumental e excludente do movimento, que colocava pessoas negras na linha de frente da guerra. Para ele, tratava-se apenas de um “simples adiamento de uma recomposição ministerial” (*A Plebe*, 1932a, p. 2).

No periódico *A Plebe*, identificamos inicialmente uma posição de apoio aos eventos constitucionalistas. Recuperando o pensamento do teórico e militante Errico Malatesta, que defendia a participação dos anarquistas em eventos insurrecionais com o objetivo de influenciá-los, os redatores reeditavam um texto de 1926 — produzido no contexto dos protestos tenentistas e da política repressiva do governo de Arthur Bernardes — para afirmar que não contavam com

[...]uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente nossa, entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentarmos com fazer uma revolução o mais nossa que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, de todo movimento direto no sentido de justiça e da liberdade. O movimento presente, pela linguagem dos Manifestos publicados,

apresenta esse caráter. Portanto, como revolucionários, julgamos de nosso dever apoiá-lo, ainda que não materialmente, ao menos moralmente, pouco importando, como ainda afirma Malatesta, de sermos abandonados, atraíçoados, como nos tem sucedido outras vezes. (A Plebe, 1932b, p.1)

Florentino de Carvalho, por sua vez, embora fosse contrário à participação dos militantes libertários nos eventos insurrecionais constitucionalistas, registrou a repressão ocorrida entre julho e outubro em São Paulo, que deixou grande parte da cidade destruída e causou inúmeras mortes. Sem detalhar a atuação libertária — que muitas vezes se limitava a um apoio discursivo —, o militante afirmou que o conflito “não foi uma guerra civil, foi o sacrifício de inocentes”, uma vez que “as tropas federais que atuaram no terreno da luta eram regulares e aparelhadas com todas as armas de guerra”, enquanto as forças paulistas se apresentavam como “colunas cerradas de jovens sem instrução militar” (Carvalho, 2018, p. 26).

Para o autor Marcos Florindo, a repressão aos insurgentes foi utilizada como pretexto para intensificar as ações repressivas políticas, minando os projetos sindicalistas divergentes, assim como as atuações antifascistas, abrindo caminho para a consolidação do Estado Novo. Nesse sentido,

[...] a contenção, capitaneada pela Delegacia de Ordem Política e Social já ocorria desde antes da contenda militar, devido ao intenso movimento de reorganização sindical que acontecia desde o fim do ano de 1930, colocando em disputa pelos corações e mentes operárias os sindicatos autônomos e os sindicatos “oficiais”, frutos da recente política de sindicalização orquestrada pelo Departamento do Trabalho, órgão ligado ao Ministério do Trabalho criado por Getúlio Vargas e centro da nova política corporativa de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Neste ínterim, a guerra civil e a instauração do estado de sítio permitiram a intensificação da repressão para níveis somente comparáveis aos anos de chumbo do governo Arthur Bernardes ou a aquela que se seguiu a intentona comunista de 1935(Florindo, 2012, p.292).

A IDEIA DE UM BRASIL LAICO E POPULAR, O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E PROJETOS ANTIFASCISTAS

Ao acompanhar a imprensa libertária no período, é possível perceber que, mesmo diante da repressão aos bairros operários — tanto durante o Governo Provisório quanto após a promulgação da Constituição de 1934 — os anarquistas mantiveram uma atuação articulada em três frentes. A primeira consistia na crítica

à nova Constituição e na formulação de propostas alternativas, especialmente por meio de seus periódicos. A segunda, se expressava na resistência dentro do movimento operário, com a defesa do sindicalismo revolucionário e a ação de seus grupos políticos. Por fim, a terceira frente dizia respeito à participação nas mobilizações antifascistas, nas quais os anarquistas atuavam de forma ativa, mas sem abrir mão de críticas e ponderações aos demais grupos envolvidos.

No primeiro caso, o jornal *A Lanterna* impulsionou a criação de associações Pró-Estado Leigo, culminando na formação da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, com sede no Rio de Janeiro. Embora marcada por forte presença de setores maçônicos, a coligação também contou com significativa participação de militantes libertários. Esses organismos defendiam pautas como o ensino laico nas escolas, a legalização do divórcio, a separação entre Estado e Igreja, entre outros temas vinculados à laicidade e à liberdade de consciência. A partir desses temas, *A Lanterna*, em 1933, publicou a defesa de

[...] uma Constituição que pare acima dos interesses particulares em conflito, conservando os poderes públicos equidistantes de todas as igrejas, cultos e doutrinas; uma Constituição que consagre a liberdade e igualdade de cultos, ensino leigo nas escolas oficiais, liberdade de pensamento, reunião e associação, laicidade absoluta do Estado, com proibição de práticas religiosas oficiais ou colocação de imagens ou símbolos de quaisquer cultos nos estabelecimentos públicos (*A Lanterna*, 1933c. p. 1).

Os socialistas libertários mantinham firmeza em seus princípios, como evidencia sua crítica, no mesmo período, ao centralismo democrático e à tática do entrismo sindical — isto é, a estratégia adotada por setores comunistas de disputar espaço em organismos corporativistas alinhados ao Estado. Não obstante, para os anarquistas, a necessidade de laicidade podia perpassar por várias instâncias como no debate de uma nova constituição. Seu objetivo era mais amplo: construir uma cultura política e social laica, em que a separação entre Igreja e Estado fosse apenas um dos elementos. A partir dessa brecha institucional, avançavam com uma proposta francamente anticlerical, que ia além da simples defesa da laicidade formal. Para os libertários em *A Lanterna*, o “anticlericalismo integral”

[...] luta contra a influência política da Igreja – pela ação direta, pelas propagandas extra-parlamentar. [...] Propaganda para mostrar o poder econômico da Igreja, a Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, como divisora do proletariado [...]. Este ponto é importantíssimo. Entretanto, A

Lanterna ressurge para ser um reflexo e um elemento propulsor do movimento anticlerical do Brasil em todas as suas tendências (A Lanterna, 1933a, p. 1).

Sob o lema “Se o Brasil não acabar com a influência do padre, o padre acabará com o Brasil”, os grupos anticlericais difundiam diferentes formas e vertentes do anticlericalismo. Com o objetivo de se tornar o principal canal desse debate no país, buscavam promover a construção de uma cultura política laica e anticlerical, enraizada na realidade brasileira. Paralelamente, ao tentar expandir seus métodos de ação direta por todo o território nacional, nota-se claramente a influência libertária na formulação e implementação desse programa.

Entre suas campanhas mais destacadas nesse período estava a luta pelo fim do ensino religioso nas escolas públicas. Para eles, o “Estado não deve se responsabilizar por esse ensino, que é a anulação completa das verdades científicas e naturais” sendo que ainda a “grande massa da população brasileira é ainda analfabeta” e que “os padres, por isso mesmo, exercem uma grande influência” (A Lanterna, 1934. p. 1). O mesmo acontecia contra a influência do catolicismo no Congresso e no Exército, tema que o periódico *A Lanterna* fazia suas intervenções, construindo, portanto, um projeto laico, tanto nas instituições, como também no cotidiano das pessoas. O organismo realizava conferências nos espaços operários que tinha por objetivo destruir “os preconceitos e prejuízos da moral social que faz da mulher a escrava do homem e do homem o escravo da ignorância” (A Lanterna, 1935a. p.3).

O historiador Cleber Rudy revela que um dos principais organismos do período foi a Liga Anticlerical de Campinas, que

[...] mantendo importantes vínculos com o Centro de Cultura Social (São Paulo) e a Federação Operária de São Paulo (FOSP), levou a cabo uma importante programação cultural, promovendo, com afinco, conferências, que eram realizadas por destacados militantes anarquistas, socialistas, comunistas e anticlericais, entre os quais, José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Isabel Cerruti, Pedro Catalo, Edgard Leuenroth, Gusmão Soller, Oreste Ristori, Eduardo Maffei e Everardo Dias (Rudy, 2017, p. 242).

Assim, junto ao trabalho anticlerical, os militantes anarquistas ainda resistiam à Lei de Sindicalização (que oficializou os sindicatos ao Estado), a partir da reativação de diversos núcleos sindicalistas revolucionários. Principalmente pela Federação Operária de São Paulo, mas também contando com a Federação dos Núcleos Proletários Anti-políticos de Porto Alegre, a União Geral de Construção

de Recife e a Federação Operária do Paraná, estes sujeitos mostravam sua atuação nas categorias da construção civil, dos metalúrgicos, dos sapateiros, dos gráficos e outros. Nesse sentido, o sindicalismo revolucionário, anteriormente contando com diversas correntes ideológicas e políticas no caso brasileiro, tornava-se, cada vez mais, um reduto da atuação libertária e de seus preceitos ácratas com base na ação direta e antiparlamentar (Silva, 2005, p.13-35).

Uma das primeiras táticas anarquistas era mostrar que as conquistas, como a Lei de Férias e a Lei da Sindicalização, não estavam sendo dadas pelo Estado de Vargas, mas resultado de suas conquistas. O militante anarquista José Oiticica, ainda em 1929, publicou no periódico *A Pátria* – órgão disputado com outras vertentes sindicalistas no Rio de Janeiro – sua visão sobre os ganhos materiais:

[...] eu explicaria, nas minhas palavras semanais, no Sindicato da Construção Civil, o conceito anarquista de lei, como criação burguesa e como criação revolucionária. Há, com efeito, duas espécies de leis: as que representam a pressão dos possuidores sobre os não possuidores, e as que representam conquistas dos não-possuidores contra os seus amos. Estas são leis impostas pelas revoluções, exemplo: a Magna Carta, a Declaração dos Direitos dos Homens, a Lei 13 de Maio, etc. [...] Mas, para conseguir tais leis, nunca foi preciso ter representantes nos parlamentos. A imposição faz-se na rua, nas fábricas, nas minas, nos centros de trabalho e nos quartéis. (A Pátria apud Azevedo, 2002, p. 280).

Assim, a Lei de Férias, entre outras medidas elaboradas pelos ministérios, era vista pelos militantes da FOSP como um instrumento voltado apenas às “vítimas da tirania burguesa”, pois – segundo denunciavam – “sabem [...] que, confiando nos ilusórios benefícios das leis, os trabalhadores desprezam, abandonam a luta em prol de sua emancipação, com receio de perder a migalha caída dos banquetes capitalistas” (A Plebe, 1927, p. 2). Ou seja, o problema não residia na aprovação das leis em si, mas no risco de que estas levassem à estagnação das lutas operárias. Havia o receio de que os trabalhadores passassem a investir suas energias na construção e no fortalecimento de um Estado controlado pela burguesia ou por uma burocracia política, em vez de fortalecer suas próprias organizações e formas autônomas de luta. Com isso, corriam o risco de delegar a outros suas conquistas e, com o tempo, transformar direitos em favores concedidos de cima, e não em resultados de suas estratégias de ação direta.

Além disso, em maio de 1934, a Federação Operária de São Paulo propôs a reorganização da Confederação Operária Brasileira. O jornal *A Plebe* divulgava que o projeto planejava “formar-se um todo único da classe obreira, para a peleja comum contra o inimigo comum – que é o capitalismo dominante e tirânico”, respeitando a “organização por federações locais, reunindo-se essas em federações estaduais e todas reunidas com as federações das uniões de indústrias”, uma vez que “associados, os operários adquirem força necessária para seus interesses” fazendo com que “a classe trabalhadora do Brasil possa ter um organismo de defesa e luta forte e capaz de colocar a organização de nossa classe à altura das necessidades da campanha em prol da nossa emancipação” (*A Plebe*, 1934a, p. 1-3). Portanto, os anarquistas, nesse contexto, não rejeitavam a ideia de uma organização nacional dos trabalhadores, mas propunham uma alternativa ao centralismo partidário vinculado aos sindicatos e ao sindicalismo de Estado. Defendiam uma estrutura organizativa baseada na autonomia das federações, articuladas entre si até a formação de uma confederação, preservando a democracia direta. Nesse sentido, sua estratégia seguia centrada na construção de um movimento operário autônomo em relação ao Estado, fundamentado na explicitação do conflito de classes. Esse processo visava não apenas à tomada dos meios de produção, mas também à construção de formas organizativas socialistas e libertárias.

Não obstante, a atuação anarquista no período não se limitava aos sindicatos autônomos. Os anarquistas também acompanhavam e buscavam apoiar as lutas travadas por trabalhadores inseridos nos sindicatos oficiais. Em 1934, por exemplo, *A Plebe* noticiou uma greve envolvendo diversas categorias na cidade de Santos, destacando que, “esgotadas as vias sucessórias e legais, esgotada a paciência proletária, os operários concertam-se, combinam medidas de defesa” (*A Plebe*, 1934b, p. 1). A proposta anarquista, portanto, era a de reconstruir um sindicalismo combativo a partir da base, por meio de greves, assembleias e outras formas de ação direta. O objetivo era reunir “os operários, conscientes dos seus direitos, coesos, unidos num só bloco”, mesmo dentro das estruturas controladas pelo Estado, desde que em ruptura com sua lógica burocrática e passiva.

Junto ao trabalho sindical e econômico, em paralelo, havia ainda o projeto político, mesmo que minoritário, de união de tendências e grupos especificamente anarquistas. O militante José Oiticica, ao escrever no periódico *A Plebe*, cita o “grande camarada Nestor Makhno” que alertou para a “necessidade de criar uma organização poderosa, capaz de levar [...] todas as forças anarquistas e organizarem

um movimento de conjunto, coerente e consciente do fim a atingir”, que era o exemplo para a proposta de uma “Federação Anarquista Brasileira” (A Plebe, 1932c, p. 3). Tal projeto também não se concretizou, mas nos revela a preocupação de militantes com a organização política anarquista em nível nacional, tentando também uma resposta diante da crise do movimento libertário no país. De todo modo, núcleos anarquistas regionais eram bastante atuantes como o Centro de Cultural Social, o Grupo Ação Social, o Ateneu de Estudos Científicos e Sociais e o Centro Libertário Terra Livre em São Paulo, o Centro de Cultura de João Pessoa, o Grupo Livre de Ação Social e o Grupo de Propaganda Social de Recife, o Grupo Libertário Sacco e Vanzetti do Piauí, a Juventude Anarquista de Santos, a Biblioteca Operária de Sorocaba, além da coordenação a partir do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo.

Desse modo, a pesquisadora Raquel de Azevedo demonstrou que, entre 1927 e 1937, mesmo diante do refluxo do movimento sindical, houve uma resistência anarquista significativa na organização e manutenção do sindicalismo revolucionário. No Brasil, mais de 30 ligas e uniões operárias reuniam trabalhadores por categoria com forte ou predominante presença libertária. Entre as mais expressivas estavam a Liga Operária da Construção Civil, o Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros, a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, a União dos Canteiros, a União dos Operários Metalúrgicos, a Federação Operária de São Paulo e a União dos Trabalhadores da Light. No interior paulista, a autora catalogou mais de 18 entidades organizadas por região ou categoria, entre elas o Centro Operário de Ribeirão Preto, a Liga Operária de São Bernardo e o Centro Operário de Sorocaba. No Rio Grande do Sul, a presença libertária também era significativa, com mais de 23 entidades, como a Sociedade da União Marítima, o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, a União Geral dos Trabalhadores, a Liga Operária de Pelotas e a Federação Operária Uruguaiana. Além desses núcleos, havia organizações dispersas em outras regiões do país, como a Federação Operária do Paraná, a União dos Canteiros de Petrópolis, a Federação Operária do Rio de Janeiro, a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará e a Liga Operária Mineira (Azevedo, 2002, p. 136-141).

Outra frente de atuação anarquista foi sua associação — ainda que com críticas e ressalvas — a diversas organizações, periódicos e frentes antifascistas. Nesse contexto, em 1927, Oreste Ristori e Alessandro Cerchiai iniciaram sua colaboração com o periódico *La Difesa*. Esse jornal foi fundado em 1923 e se definia “socialista e antifascista”. Proposto pelo membro do Partido Socialista

Italiano (PSI) e dirigente do periódico *Avanti!* em São Paulo, Antonio Piccarolo, teve sua segunda fase dirigida por Francisco Frola que radicalizou o discurso revolucionário afinando aproximações com anarquistas e comunistas como Goffredo Rosini e Ertulio Esposito (Carneiro; Kossoy, 2003, p.152-154).

Em 1933, surge o periódico *Aktion*, publicado pelo imigrante germânico e militante anarquista Friedrich Kniestedt. O órgão, apresentado com quatro páginas, era publicado em língua germânica e distribuído com preços que variavam, além de doações, e se empenhava na mobilização de trabalhadores alemães contra o fascismo, defendendo o sindicalismo revolucionário. Primeiramente, o periódico *Aktion* reunia democratas, anarquistas e comunistas seguindo a Liga für Menschenrechte – Ortsgruppe. A Liga, não obstante, teve uma dificuldade de estabelecer vínculos com militantes na Alemanha e, ao fim e ao cabo, sobraram apenas os anarquistas que retomavam uma militância sindical após um certo refluxo do movimento operário na região (Gertz, 1986, p.75-84).

Antifascistas no país vinham estreitando laços e, em 1933, propuseram a criação da Frente Única Antifascista (FUA) em São Paulo, com o objetivo de expandi-la nacionalmente por meio de seus órgãos e articulações regionais. A FUA foi fundada por iniciativa de militantes ligados à Liga Comunista (LC) e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo sua criação debatida em 10 de junho no Salão dos Gráficos, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), então dominada por uma maioria marxista trotskista. Esse grupo lideraria a tentativa de consolidar uma frente antifascista ampla e sistematizada no cenário político brasileiro. O periódico *O Homem Livre*, fundado em São Paulo no mesmo ano por intelectuais e jornalistas antifascistas, rapidamente se tornou o principal veículo de propaganda e articulação do movimento antifascista no país. Em uma de suas edições, noticiava que, no dia 25 de junho, durante um encontro realizado na União Cívica, estiveram presentes diversas organizações, entre elas: o Partido Socialista Brasileiro, o Grêmio Universitário Socialista, o Grupo Itália Libera, a União dos Trabalhadores Gráficos, a Legião Cívica 5 de Julho, a Liga Comunista Internacionalista, o Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos 18, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o jornal *A Rua*, a revista *O Socialismo*, além dos órgãos ligados ao anarquismo, como a Federação Operária de São Paulo e seus periódicos *A Lanterna* e *A Plebe* (Abramo, 2014, p.36-41).

Os militantes e redatores libertários, que estavam desde o início da construção antifascista, declaravam seu apoio a essas ações conjuntas, mas sublinhavam que os libertários

[...] abstiveram-se de entrar para essa Frente Única, cônscios de que, mesmo fora, poderão, sem compromissos partidários, e tendenciais, contribuir com suas forças morais e materiais e materiais para a campanha sistemática antifascista, augurando aos elementos congregados em Frente Única de coletividade, o maior êxito à obra que venham desenvolver (A Plebe, 1933a, p.4).

A equipe editorial de *A Plebe*, vinculada à Federação Operária de São Paulo (FOSP), estava ciente da complexidade de sua missão naquele contexto. Sua tarefa central era combater o fascismo e, ao mesmo tempo, disputar o movimento operário para evitar que este fosse cooptado por forças autoritárias. Contudo, essa atuação precisava ocorrer sem que os anarquistas entrassem em contradição com sua crítica ao centralismo marxista e ao rompimento anterior com os comunistas e outros setores do socialismo autoritário. Apesar disso, ao se confrontar a prática libertária do período, percebe-se que essa distância em relação aos demais socialistas era mais retórica do que efetiva. Os anarquistas tiveram participação ativa na construção da Frente Única Antifascista (FUA) e em suas ações. A crítica publicada em *A Plebe* — de que as decisões da frente não deveriam ser definidas “pelo número ou pelo voto aos representantes de outras associações e partidos” (A Plebe, 1933a, p. 4) — servia menos como um rompimento e mais como um lembrete aos demais setores da esquerda sobre a importância do método federativo e do consenso nas deliberações coletivas.

Seguindo essa lógica, mesmo com críticas contundentes ao estatismo e ao centralismo dos comunistas, especialmente à sua estratégia de disputa sindical dentro das estruturas do Estado, os anarquistas apoiaram a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), nova articulação antifascista instituída oficialmente em 30 de março de 1935, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Pouco depois, em 29 de junho de 1935, no salão da Federação Espanhola, nomes como Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Gusmão Soler organizaram uma conferência com a presença de militantes da ANL, com o objetivo de expor as posições anarquistas — posições que, posteriormente, foram oficializadas pela própria FOSP:

Enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifúndio e à tirania governamental [...] não endeusando pessoas, mas batendo-se por ideias, discutindo e lutando ao redor de princípios, encontrar-se-iam lado a lado, anarquistas e aliancistas (A Lanterna, 1935a, p. 2).

Os membros da Federação Operária de São Paulo, assim como os periódicos *A Lanterna* e *A Plebe*, seguidos por outros anarquistas em todo o país, esforçavam-se para conter o avanço do personalismo associado à Aliança Nacional Libertadora (ANL), especialmente em relação à influência crescente de Luís Carlos Prestes, uma das figuras mais proeminentes dentro do organismo. Paralelamente, preocupavam-se com a ampliação das posições do Partido Comunista do Brasil (PCB), que agora apoiava e impulsionava a ANL, dado o alinhamento próximo entre o programa da Aliança e o do partido. Para os anarquistas, construir um movimento antifascista coerente e eficaz, sem cair em contradições políticas, configurava-se como uma tarefa extremamente árdua. Eles ressaltaram que

[...] quando a Aliança Nacional Libertadora constituir o Estado, isto é, quando ela for governo e julgarem os aliancistas e julgarem os aliancistas que não há mais nada a fazer, os anarquistas, continuarão a sua obra objetivando a completa emancipação do povo do julgo de todas as tiranias e explorações [...]. (A Lanterna, 1935a, p. 2).

Para isso, os militantes e redatores anarquistas também não ignoravam suas campanhas e espaços próprios. Em julho de 1933, a Federação Operária de São Paulo lançava o seu próprio órgão antifascista de “orientação sindicalista revolucionária”, que seria um “Comitê Antifascista” que “elaborará [...] um substancial manifesto dirigido ao povo brasileiro, no qual se firmará a atitude do proletariado organizado em face do perigo fascista” (A Plebe, 1933a, p. 4). Um espaço bastante importante para a atuação dos libertários, nesse período, foi o Centro de Cultura Social em São Paulo. Esse espaço funcionava propondo palestras, formações, debates e encontros políticos com outras tendências ideológicas que construíam o antifascismo.

Nesse período, os libertários denunciavam em sua imprensa os ataques violentos promovidos pelos integralistas contra reuniões e associações de orientação política progressista ou combativa. Em 1933, *A Lanterna* denunciava que, em Belo Horizonte, os integralistas buscavam “desunir os grevistas, apoiados decididamente na Federação do Trabalho de Minas” (A Lanterna, 1933d, p.4).

Tanto *A Lanterna* quanto *A Plebe* apresentavam críticas contundentes a esse movimento. Para os anarquistas, diante do agravamento dos problemas sociais e da crescente mobilização popular, os governos respondiam com violência e discursos moralistas, na tentativa de conter as reivindicações e insurreições que se espalhavam pelo mundo. Assim, “institui-se o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, e o Sr. Plínio Salgado procura instituir o integralismo no Brasil” (*A Plebe*, 1933b, p. 1).

Os periódicos também analisavam o avanço do fascismo no cenário internacional, destacando que esse movimento afirma querer “salvar a ‘família’, a ‘pátria’, a ‘propriedade privada’ e a ‘religião’” — instituições que, segundo os anarquistas, “deram margem para que, no seio do organismo social, se desenvolvesse e frutificasse tudo quanto de bárbaro e anti-humano existe”. Ao relacionar o fascismo com a “propriedade privada individual” e o “egoísmo individual”, e não com o discurso de coletividade, eles evidenciavam que “o mundo capitalista ufana-se desse reviver histórico-psicológico dos povos, porque se enquadra nos moldes exigidos pelo regime para perpetuar a escravidão humana” (*A Plebe*, 1933c, p. 2). Além de acompanhar o fascismo internacional, os periódicos mantinham contatos e noticiavam os movimentos operários, antifascistas e libertários em diversas regiões, como Espanha, Itália, Alemanha, Suécia, Cuba, Chile e Argentina.

Responsáveis por enfrentar o corporativismo, o integralismo e por sua atuação destacada no movimento operário, os militantes das fileiras libertárias foram duramente reprimidos, assim como comunistas e demais antifascistas (Dulles, 1977, p. 363–415). Após os eventos da “Intentona Comunista”, Edgard Leuenroth e Rodolpho [Rodolfo] Felipe, principais editores de *A Plebe* na época, foram presos, e sindicatos vinculados à Federação Operária de São Paulo (FOSP) tiveram suas sedes fechadas pela polícia (Rodrigues, 2017, p.92). Com a instauração do Estado Novo, inaugurou-se um novo ciclo de repressão às esquerdas, marcado pela criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, que dificultou a divulgação, as campanhas e os debates promovidos pela imprensa operária e reivindicativa. Ainda assim, resistindo em diversos espaços, os anarquistas retomaram suas atividades com o início da redemocratização em 1945, empenhando-se na reconstrução de uma imprensa libertária e reivindicativa, enfrentando novos desafios e buscando novos caminhos (Silva, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ANARQUISMO, SOCIEDADE E POLÍTICA

Em muitos casos, influências ideológicas fizeram com que o anarquismo no Brasil fosse classificado como um movimento pré-político ou, na melhor das hipóteses, irrisório. O pesquisador Boris Fausto, por exemplo, ao analisar o movimento operário na Primeira República, destaca a fragilidade do movimento e seu fracasso político em sua fase inicial. Segundo ele, essa situação derivava da posição secundária da indústria no país, da exclusão dos trabalhadores da esfera política e da atuação do movimento anarquista, que supostamente se baseava em críticas morais sem propor táticas eficazes de aliança, contribuindo assim para o isolamento do proletariado estrangeiro e para o fortalecimento das classes dominantes naquele período. Eric Hobsbawm, por sua vez, afirma que o anarquismo “parecia pertencer ao período pré-industrial e, em todo caso, à era anterior à Primeira Guerra Mundial e à Revolução de Outubro, exceto na Espanha” (Hobsbawm, 1985, p. 90). Para esses autores, além de ser vinculado a uma fase econômica marcada pela ausência de desenvolvimento, o anarquismo também não teria se adaptado nem compreendido as transformações políticas e nacionais emergentes.

Na contramão dessas interpretações, diversos pesquisadores recentes destacam a força do anarquismo como um elemento fundamental na formação e no desenvolvimento da classe trabalhadora em vários países. Embora não tenha alcançado seus objetivos finais, o anarquismo influenciou significativamente os debates sobre direitos trabalhistas e questões humanitárias. Assim, “o anarquismo, o sindicalismo revolucionário e o socialismo foram importantes elementos na formação da classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX”, e suas ideias, formas de organização e intervenções em diversos debates sociais “demonstram os inúmeros canais e ferramentas envolvidos na politização das relações sociais”, conforme sugerem os historiadores Edilene Toledo e Luigi Biondi no caso brasileiro (Toledo; Biondi, 2014, p. 363).

Steven Hirsch e Lucien van der Walt (2014), ao realizarem uma comparação transnacional do anarquismo, observaram que essa corrente política se manifestou de forma sincrética em diferentes realidades (Hirsch; Van der Walt, 2014, p. 410). Isso permitiu que o anarquismo se tornasse uma força significativa tanto dentro do movimento operário quanto nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas, além de influenciar movimentos sincréticos que, embora não se declarassem anarquistas, incorporavam elementos libertários e tinham ampla

capilaridade em mobilizações de massa. Na pesquisa de Benedict Anderson sobre o processo de libertação nacional nas Filipinas, o anarquismo é destacado como uma força gravitacional na luta anti-imperialista, exercendo influência marcante na formação dos debates públicos do país (Anderson, 2014).

As ideias socialistas, mutualistas e republicanas se entrelaçaram, especialmente por influência do internacionalismo da Primeira Internacional e da Comuna de Paris, permitindo que os militantes libertários interviessem nos diversos debates entre os trabalhadores com o objetivo de ampliar os conceitos de democracia e participação popular, avançando até a proposta de superação do sistema Estado-nação. Embora, em alguns casos, essa estratégia tenha levado à diluição de seus projetos, em outros os libertários conseguiram disputar espaço, apresentar e consolidar seu programa socialista autogestionário.

Nesse sentido, observamos que, no caso brasileiro durante o período analisado, a atuação libertária registrada nos periódicos *A Lanterna* e *A Plebe* não representa uma excepcionalidade isolada, mas sim a continuidade dos esforços anarquistas para se desenvolver em múltiplos âmbitos — sociais, políticos e econômicos. Diante dos novos contornos políticos e sociais, caracterizados por um governo percebido como autoritário, fortemente estatista e marcado por relações próximas ao clero, os anarquistas buscaram alianças estratégicas com grupos que defendiam uma ampliação democrática, formando frentes de ação capazes de resistir e influir na realidade com maior profundidade e densidade.

Esses jornais revelavam suas conexões e intercâmbios com diversos grupos internacionais, mantendo um olhar atento sobre os debates da conjuntura global. Assim, suas associações, tanto com grupos anticlericais republicanos quanto com a esquerda antifascista, não anulavam suas estratégias próprias, que continuavam a se desenvolver tanto nos espaços sociais, por meio da (re) construção do sindicalismo revolucionário no campo econômico, quanto nos grupos ideológicos específicos, atuantes no campo político.

A imprensa libertária, portanto, desempenhava um papel duplo e fundamental: era ao mesmo tempo um instrumento de elaboração e difusão das estratégias internas do anarquismo, pautando ações políticas e ideológicas, e um canal de comunicação e debate com setores mais amplos da sociedade. Dessa forma, contribuiu decisivamente para a articulação de uma resistência que buscava superar a repressão e os limites impostos por uma cultura política autoritária, sem abdicar de sua autonomia e identidade política.

Referências

- A LANTERNA. São Paulo, 8 mar. 1913. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 13 jul. 1933a. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 23 nov. 1933b. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 7 dez. 1933c. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 16 dez. 1933d. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 5 abr. 1934. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 13 jul. 1935a. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A LANTERNA. São Paulo, 10 ago. 1935b. Arquivo CEDEM, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).
- A PLEBE. São Paulo, 9 abr. 1927. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- A PLEBE. São Paulo, 24 nov. 1932a. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- A PLEBE. São Paulo, 26 nov. 1932b. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- A PLEBE. São Paulo, 17 dez. 1932c. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- A PLEBE. São Paulo, 1 jul. 1933a. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- A PLEBE. São Paulo, 7 out. 1933b. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A PLEBE. São Paulo, 9 dez. 1933c. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A PLEBE. São Paulo, 12 maio 1934a. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A PLEBE. São Paulo, 15 set. 1934b. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ABRAMO, Fúlvio. *A revoada dos galinhas verdes: uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014.

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas: Editora da Unicamp; Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Scritta, 1998.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 9-29.

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). *A Imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARVALHO, Florentino de. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais [1932]*. São Paulo: Editora Entremares, 2018.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. As esquerdas e o processo brasileiro de 1933-34: projeção e ação política. *História Social*, Campinas, n. 2, p. 55-88, 1995. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/75/71>. Acesso em: 3 abr. 2024.

DULLES, John. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. A grande repressão de 1932 em São Paulo. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 4, n. 8, p. 291-316, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10486/6828>. Acesso em: 1 abr. 2024.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n. 2, p. 61-86, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20165>. Acesso em: 3 abr. 2024.

GERTZ, René. Operários Alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.6, n.11, p.75-84, 1986. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3620. Acesso em: 19 abr. 2024.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Editora FGV, 2005.

HIRSCH, Steven; WALT, Lucien Van der. Rethinking Anarchism and syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940. In: HIRSCH, Steven; WALT, Lucien Van der. (org.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Boston: Brill, 2014. p.xxi-lxxiii.

HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.113-130.

LA DIFESA. São Paulo, 1929. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-143.

OLIVEIRA, Tiago. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 2009. Tese (Doutorado História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

- POLETTO, Caroline. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: Imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil – 1897-1936)*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2017.
- RODRIGUES, André. *Sob o estandarte rubro-negro: anarquismo e antifascismo nos jornais A Plebe e A Lanterna (1932-1935)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (org.). *História do Anarquismo no Brasil*: volume dois. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. p. 59-69.
- RUDY, Antonio Cleber. *O anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*. 2017. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SAMIS, Alexandre. Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (org.). *História do Anarquismo no Brasil*: volume dois. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. p. 37-51.
- SANTOS, Kauan Willian dos. *Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)*. 2021. Tese (Doutorado História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Curitiba: Prismas, 2017.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. 2005. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- TOLEDO, Edilene. Do Sindicalismo Revolucionário ao sindicalismo controlado pelo Estado: sindicatos e sindicalistas na cidade de São Paulo entre o fim da Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. 1994. Dissertação (Mestrado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

TOLEDO, Edilene; Biondi, Luigi. Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: the transnational making of the syndicalist movement in São Paulo, Brazil 1895-1935. In: HIRSCH, Steven; WALT, Lucien Van der. (org.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Boston: Brill, 2014. p. 363-393.

NOTAS

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Estágio pós-doutoral na Unifesp, Bolsista CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3677-9397> E-mail: willian.kauan@unifesp.br